

INSTITUTO	
Documentação	
Fonte	O Globo (Opav)
Data	9/8/2003 Pg 12
Class.	123

**TENSÃO SOCIAL: A primeira invasão**

# Área de quilombo ocupada em Minas

Governo apóia luta de descendentes de escravos para recuperar as terras

Evandro Éboli

• BRASÍLIA. Técnicos da Fundação Palmares, órgão do Ministério da Cultura, estão desde ontem em Paracatu, noroeste de Minas Gerais, para apoiar um grupo de descendentes de escravos que ocupou 730 hectares de um antigo quilombo que teria pertencido a seus ancestrais. O governo federal apóia a ocupação e até contratou especialistas para evitar o despejo pelos fazendeiros.

É a primeira vez que ocorre uma invasão de remanescentes de escravos em áreas de quilombo. Paracatu é uma cidade histórica de Minas e foi fundada no Século XVIII. A ocupação está sendo chamada pela Fundação Palmares de "retomada histórica".

## Paleontólogo vai analisar os documentos

O governo mandou a Paracatu o historiador e paleontólogo Alexandre Alves Dias, especialista em leitura de documentos dos séculos XVII, XVIII e XIX. Ele analisará o inventário que assegura aos quilombolas o direito à terra. Caso seja confirmado que a propriedade pertence a eles, a Fundação Palmares vai tentar garantir, na Justiça, a devolução da terra aos antigos donos.

O governo federal vai tentar impedir a reintegração da posse aos fazendeiros. As famílias de

negros que ocuparam a área formam a Comunidade dos Amarelos e vivem no bairro Paracatu-zinho, na periferia da cidade mineira. São cerca de 200 pessoas, descendentes do quilombo da Fazenda dos Amarelos.

Os descendentes quilombolas tentaram na Justiça, no fim dos anos 90, a reintegração da posse, mas o juiz de Paracatu, Alexandre Magno do Vale, extinguiu a ação alegando que o documento que comprovava a propriedade — um inventário do Século XIX — era ilegível.

A diretora de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro da Fundação Palmares, Bernadete Lopes Silva, afirmou que estão sendo tomadas as medidas para que a terra volte para seus donos originais.

— A terra pertence a eles e vamos tomar todas as medidas que assegurem essa retomada histórica — disse ela.

O advogado Pedro Cordeiro, especialista em direito agrário e consultor da Fundação Palmares, também participa da equipe. O governo enviou ofício ao juiz de Paracatu, ao prefeito e até ao bispo para que seja garantida a integridade física dos ocupantes da área. A 6ª Câmara de Coordenação, Revisão e Minorias Étnicas, do Ministério Público Federal, também tenta assegurar os direitos dos quilombolas. A área está dividida hoje entre vários fazendeiros. ■